

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2027

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS003342/2025  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 14/08/2025  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR044923/2025  
NÚMERO DO PROCESSO: 10264.207136/2025-68  
DATA DO PROTOCOLO: 13/08/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO TRABALHADORES NO COM. HOTELEIROS I GRAMADO, CNPJ n. 90.615.162/0001-27, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RODRIGO DE OLIVEIRA CALLAIS;

E

ERA DO FOGO FONDUE TEMÁTICO LTDA, CNPJ n. 57.696.373/0001-66, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). CLAUDIO EDUARDO ENZWEILER KNY;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2025 a 30 de abril de 2027 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares (Restaurantes, Churrascarias, Pizzarias, Café coloniais, Lancherias, Bares)**, com abrangência territorial em **Gramado/RS**.

### Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

#### Outras Gratificações

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA COBRANÇA DE TAXA DE SERVIÇO

A empresa acordante cobrará nas notas de fornecimento de alimentação, bebidas e outros, autorizada pela Lei nº 13.419/2017, a taxa adicional de 10% (dez por cento) ou mais, diretamente do cliente usuário dos mencionados serviços.

**Parágrafo Único.** O valor a ser rateado a título de taxa de serviço, considerará somente os valores efetivamente faturados a este título, não havendo rateio da taxa de serviço em relação a cortesias e descontos concedidos aos clientes usuários, assim como em caso de permutas com fins publicitários e de divulgação da empresa.

## CLÁUSULA QUARTA - DO PERCENTUAL DE RETENÇÃO DO VALOR ARRECADADO A TÍTULO DE TAXA DE SERVIÇO

A empresa acordante distribuirá os valores arrecadados a título de taxa de serviço, descontada a retenção de 33% (trinta e três por cento), caso o regime tributário aplicado à empresa seja do Lucro Presumido ou Lucro Real, ou 20% (vinte por cento) para o caso de ser optante pelo SIMPLES nacional, observados os seguintes critérios:

<b>FUNÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
GERENTE GERAL	32
SUPERVISOR DE ATENDIMENTO	26
GERENTE DE ATENDIMENTO SÊNIOR	22
GERENTE DE ATENDIMENTO PLENO	20
GERENTE DE ATENDIMENTO JUNIOR	18
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	20
SUPERVISOR DE COZINHA SÊNIOR	22
SUPERVISOR DE COZINHA PLENO	20
CHEFE DE COZINHA SÊNIOR	18
CHEFE DE COZINHA PLENO	14
CHEFE DE COZINHA JUNIOR	12
MONITOR LÍDER SÊNIOR	16
MONITOR LÍDER PLENO	14
MONITOR LÍDER JUNIOR	12
FINANCEIRO	14
ANIMADOR SÊNIOR	10
ANIMADOR PLENO	8
ANIMADOR JUNIOR	6
BARTENDER/BARMAN	10
GARÇOM TREINADOR	10
GARÇOM PLENO	8
GARÇOM JUNIOR	6
COPEIRO PLENO	8
COPEIRO JUNIOR	6
CAIXA PLENO	8
CAIXA JUNIOR	6
COZINHEIRO TREINADOR	10
COZINHEIRO	8
AUXILIAR DE COZINHA PLENO	8

AUXILIAR DE COZINHA JUNIOR	6
RECREACIONISTA PLENO	8
RECREACIONISTA JUNIOR	6
RECEPCIONISTA PLENO	8
RECEPCIONISTA JUNIOR	6
ALMOXARIFE	6
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	6
STEWART PLENO	6
STEWART JR	5
VENDEDOR DE LOJA	4
ORIENTADOR DE TRÁFEGO	2
SECRETÁRIA	2
VIGIA	2

**Parágrafo primeiro.** Os números de pontos previstos no quadro acima são para os empregados contratados em regime de tempo integral, ou seja, de 220 horas mensais, sendo que, em caso de empregados com jornada inferior a estas, os pontos serão pagos proporcionalmente ao número de horas contratadas, utilizando-se como base o divisor de 220.

**Parágrafo Segundo.** Não farão parte do rateio, conseqüentemente, não terão direito a receber pontos, os aprendizes contratados pela empresa e estagiários.

**Parágrafo Terceiro.** A distribuição dos pontos deverá ser efetuada juntamente com o pagamento mensal, ou seja, até o dia 05 do mês subsequente da arrecadação, sendo que o período de arrecadação para fins de distribuição será entre o primeiro e o último dia do mês anterior ao do pagamento.

## CLÁUSULA QUINTA - DA PROPORCIONALIDADE DA FREQUÊNCIA MENSAL

A importância a ser distribuída aos empregados, de acordo com o sistema de pontos, obedecerá à proporcionalidade da frequência mensal, observados os seguintes critérios:

- a) O empregado que faltar no período considerado de arrecadação, de maneira justificada, participará proporcionalmente do rateio dos valores arrecadados a título de taxa de serviço;
- b) Em caso de falta injustificada, o empregado que faltar ao trabalho 01 (um) dia sem apresentar justificativa legal, perderá o direito a 1/3 dos pontos; aquele que faltar 02 (dois) dias sem apresentar justificativa legal, perderá o direito a 2/3 dos pontos; e, perderá o direito aos pontos do mês o empregado que neste faltar ao serviço por 03 (três) ou mais dias, sem nenhuma justificativa legal.
- c) O empregado que faltar ao trabalho e apresentar atestado de acompanhamento médico de filho de até 16 anos não terá participação do recebimento de valores de taxa de serviço referente aos dias faltados;
- d) O empregado que não cumprir integralmente a jornada de trabalho, com atrasos ou saídas antecipadas não autorizadas ou não justificadas, perderá o direito ao recebimento dos pontos equivalente a 1/3 por dia em que houver tais ocorrências durante o período de arrecadação da taxa de serviço.

**Parágrafo primeiro.** Estabelecem as partes que o prazo para a apresentação de atestado médico pelo trabalhador é de 48 horas contados do início da incapacidade.

**Parágrafo segundo.** Para efeito de aplicação do item “a” desta cláusula, consideram-se faltas justificadas apenas as previstas na legislação vigente, bem como, as cláusulas negociadas na Convenção Coletiva de Trabalho, sendo que, comprovantes de comparecimento no hospital ou qualquer outra justificativa não prevista em lei, não será considerada como falta justificada.

**Parágrafo Terceiro.** Em caso de acidente de trabalho, doença profissional ou doença comum, mediante apresentação de atestado médico que indique afastamento superior a 15 dias corridos, e que resulte na concessão de benefício previdenciário por incapacidade temporária, o empregado fará jus ao recebimento da taxa de serviço durante o período em que o afastamento for de responsabilidade da empresa.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS DO PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS**

Os empregados em gozo de férias receberão por ocasião do retorno ao emprego, o valor referente aos pontos arrecadados durante o período em que perdurar a interrupção do contrato de trabalho. Da mesma forma, quando do pagamento das férias, as férias serão calculadas com a média salarial recebida durante o período aquisitivo, considerando, inclusive, o valor recebido a título de taxa de serviço.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA LICENÇA MATERNIDADE E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

Durante o período do gozo de licença maternidade ou benefício previdenciário, o empregado não terá participação na distribuição da taxa de serviço dos respectivos meses, visto que o cálculo do benefício é realizado com base na média remuneratória do empregado.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA INTEGRAÇÃO NA REMUNERAÇÃO SALARIAL**

A taxa de serviço ora ajustada passa a integrar remuneração dos empregados, para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 457 da CLT, não servindo, no entanto, de base de cálculo para as parcelas relativas ao aviso prévio indenizado, horas extras, adicional noturno e repouso semanal remunerado, conforme previsão da Súmula 354 do TST.

## **CLÁUSULA NONA - COBRANÇA DE GORJETAS - FALTA GRAVE**

Por conta da cobrança da taxa de serviço, onde a empresa compromete-se em estimular de todas as formas o efetivo pagamento pelo cliente usuário dos serviços oferecidos, estabelecem as partes, que constitui falta grave a cobrança de gorjetas pelos empregados diretamente aos clientes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ELEIÇÃO DOS EMPREGADOS REPRESENTANTES**

Ao final da assembleia foram indicados pelos empregados, através de eleição entre os mesmos, três representantes, um efetivo e dois suplentes, respectivamente: ANNA CLARA CORREIA DA SILVA (CPF 115.201.684-97), GABRIELA CUNHA FERREIRA (CPF 031.952.812-01) e WESLLEY JUNIO ALVES SOARES (CPF 175.765.346-56), que terão a obrigação de zelarem pelo cumprimento fiel deste acordo coletivo, inclusive com faculdade de conferir os valores arrecadados a título de taxa de serviço, assim como, o valor do ponto mensal.

**Parágrafo Primeiro.** Para ser candidato à representação, o empregado deverá contar com, pelo menos, 12 (doze) meses de contrato de trabalho ininterrupto, não podendo estar em gozo de qualquer benefício previdenciário, e não poderá ter recebido, ao longo dos últimos 12 (doze) meses, nenhuma advertência ou suspensão.

**Parágrafo Segundo.** Caso no decorrer da vigência deste acordo coletivo todos os representantes acima nominados tenham seus contratos de trabalho resiliados, ou suspensos por mais de 30 dias, a empresa acordante compromete-se, no prazo máximo de até 30 dias, requerer junto ao sindicato acordante realização de assembleia específica para nova eleição de novos representantes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DO ACORDO COLETIVO**

O prazo da vigência do presente acordo será de **24 (vinte e quatro)** meses contados a partir do dia 01º de maio de 2025, podendo tão logo expirado, ser prorrogado ou alterado parcialmente ou totalmente, bastando para tanto, nova convocação de Assembleia Geral Extraordinária, com expressa concordância da empresa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CUMPRIMENTO DO ACORDO COLETIVO**

Os empregados representados pelo Sindicato e a empresa acordante, obrigam-se a respeitar os termos do presente acordo no prazo de vigência do mesmo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PROTOCOLO E REQUERIMENTO DE REGISTRO DO ACORDO COLETIVO**

O Sindicato acordante compromete-se a protocolar e requerer o registro deste Acordo, na Delegacia Regional do Trabalho.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA**

As divergências oriundas do presente acordo serão dirimidas pelas partes, mediante Assembleia Extraordinária, especialmente convocada.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE**

Considerando a possibilidade de contratação na modalidade de trabalho intermitente; a necessidade de mão de obra suplementar para atendimento à demanda sazonal da região, especialmente em razão de eventos, feiras, festividades municipais e institucionais, períodos de férias, feriados prolongados e similares; com o objetivo de evitar a execução de jornadas extraordinárias pelos empregados efetivos, coibir a informalidade e garantir segurança jurídica ao tomador de serviços e aos trabalhadores eventuais, a empresa acordante poderá contratar empregados nos termos do artigo 452-A da Consolidação das Leis do Trabalho, observadas as seguintes disposições:

1. Aos empregados contratados na modalidade intermitente não se estendem os benefícios oferecidos aos demais empregados da empresa, tampouco aqueles previstos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.
2. A taxa de serviço será paga proporcionalmente à carga horária efetivamente trabalhada no período de arrecadação, conforme critérios previstos neste Acordo Coletivo.
3. Poderá ser fixado salário-hora superior ao piso normativo ou contratual, de acordo com valores praticados no mercado para trabalhadores autônomos (“extras”), sem que tal prática implique equiparação salarial com os demais empregados que exerçam a mesma função, dada a natureza específica da contratação.
4. Em caso de abertura de vaga para a modalidade mensalista, o trabalhador intermitente poderá ser convidado a preenchê-la e, manifestando interesse, passará a receber salário e benefícios na mesma proporção dos demais empregados contratados para a função, inclusive os previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, sem que isso configure redução salarial ou alteração contratual lesiva.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS HORAS EXTRAS EM ATIVIDADE INSALUBRE**

É autorizada a prorrogação de jornada para empregados que laboram expostos a condições insalubres, sem prévia autorização do Ministério do Trabalho, conforme exposto no artigo 611-A, XIII, da CLT.

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

## Descanso Semanal

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DOMINGOS E FERIADOS

Em decorrência da sazonalidade turística da região abrangida por esta categoria econômica, os domingos são considerados dias úteis para fins de trabalho, aplicando-se tal disposição de forma indistinta a homens e mulheres.

**Parágrafo Único.** Considerando a natureza da atividade empresarial e a necessidade de funcionamento contínuo em feriados civis ou religiosos, inclusive quando coincidam com domingos, fica estabelecido que os empregados poderão ser convocados para o trabalho em tais datas, sendo obrigatória a prestação de serviço quando houver escala definida e divulgada pela empresa, observando-se o seguinte:

1. As escalas para trabalho em feriados poderão ser divulgadas por grupo de mensagens via WhatsApp e deverão ser afixadas no mural da empresa, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
2. Os empregados comprometem-se a verificar habitualmente as escalas divulgadas para o trabalho em feriados.
3. A recusa injustificada ao trabalho em feriados escalados será considerada falta injustificada, sujeitando o empregado às sanções previstas na legislação trabalhista e nas normas internas da empresa.

## Saúde e Segurança do Trabalhador

### Condições de Ambiente de Trabalho

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS CÂMERAS DE SEGURANÇA

Os empregados declaram ter ciência de que, por razões de segurança pessoal, patrimonial e operacional dos próprios empregados, dos clientes e da empresa, há câmeras de monitoramento instaladas nas áreas comuns do estabelecimento da empresa ora acordante, autorizando, desde já, a captação, o armazenamento e a utilização das imagens exclusivamente para fins administrativos, disciplinares e, se necessário, para encaminhamento às autoridades competentes.

**Parágrafo Único.** Os empregados também declaram estar cientes de que as imagens captadas poderão ser armazenadas pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias, findo o qual poderão ser automaticamente sobrescritas por novas gravações, salvo nos casos em que for necessário o resguardo por período superior, em decorrência de procedimento administrativo ou solicitação de autoridade competente.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE IMAGENS

Os empregados autorizam, de forma expressa, gratuita e por prazo indeterminado, o uso de suas imagens em materiais institucionais e promocionais vinculados à atividade da empresa acordante, inclusive para divulgação do estabelecimento comercial, sem que disso decorram quaisquer direitos de natureza remuneratória ou indenizatória.

## Relações Sindicais

### Contribuições Sindicais

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS CONTRIBUIÇÕES EM FAVOR DO SINDICATO PROFISSIONAL

A empresa acordante obriga-se a descontar a mensalidade social sindical e contribuições aprovadas em assembleia dos trabalhadores, de todos os seus empregados, e recolhe-las em favor da entidade Sindical, mediante boleto bancário até o dia 12 do mês subseqüente ao mês do desconto, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

**Parágrafo Primeiro.** Fica respeitada a liberdade sindical sem período determinado para oposição, que deve ser realizada única e exclusivamente no Sindicato por conta e risco do Sindicato Profissional.

**Parágrafo Segundo.** O empregado ficará responsável por comunicar à empresa em caso de oposição, inclusive entregando cópia do documento assinado no Sindicato quando da manifestação de oposição, ficando impedido o desconto da mensalidade a partir de então.

}

RODRIGO DE OLIVEIRA CALLAIS  
Presidente  
SINDICATO TRABALHADORES N O C O M . H O T E L E I R O S I G R A M A D O

CLAUDIO EDUARDO ENZWEILER KNY  
Sócio  
ERA DO FOGO FONDUE TEMATICO LTDA

#### ANEXOS ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

#### ANEXO II - LISTA DE CONVOCAÇÃO

[Anexo \(PDF\)](#)

## ANEXO III - LISTA DE PRESENÇA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.